



#Rio2016

A menos de cinco meses da Olimpíada, remoções avançam, mas Vila Autódromo resiste

Originalmente publicado no [Medium](#), em 26 de fevereiro de 2016

Autoria de Thiago Mendes / Instituto PACS

Fotos de Nilvio Pessanha (Ifhep)



Demolições na Vila Autódromo não põem fim à história da comunidade que resiste às remoções desde o Pan de 2007

“Viva a Vila Autódromo!”. A última frase ouvida antes da demolição de mais uma construção nesta quarta-feira (24) serve para lembrar que a Vila Autódromo resiste até que reste a última casa de pé. Por meio de mais uma decisão judicial emitida às pressas e à noite, a Prefeitura do Rio demoliu a Associação dos Moradores da Vila Autódromo na manhã de hoje. A

comunidade, situada ao lado do Parque Olímpico, permanece em alerta e pede a presença de todos e todas que apoiam a luta. Podem ser julgadas a qualquer momento as ações judiciais de remoção de duas moradoras da Vila.

Antes das 7h da manhã de hoje, o trator precisou de menos de um minuto para pôr abaixo a Associação de Moradores.

“Uma salva de palmas para o legado da Cidade Olímpica”, criticou uma das moradoras na demolição desta quarta. “A sede vai sair, mas a Vila Autódromo vai ficar”, lembravam todos em coro. Moradoras, moradores, apoiadoras e apoiadores da resistência da Vila fizeram um ato no momento da demolição de hoje.

O avanço recente das ações de remoção na Vila Autódromo contradizem a promessa do prefeito do Rio, Eduardo Paes, que havia dito em evento público que quem desejasse continuar morando na Vila Autódromo permaneceria. A realidade tem sido outra. As cercas que separam a comunidade do Parque Olímpico estão cada vez mais próxima das casas, cerceando o direito fundamental de ir e vir de quem vive na Vila Autódromo. O morador Pedro Berto precisa de uma credencial para entrar na sua casa, sitiada pelas obras do Parque Olímpico.



“O Judiciário, quando julga os casos de pessoas postas a sair, por que não chama as vítimas para serem ouvidas? Por que tudo é feito às escuras?”, questiona Jane Nascimento, moradora pressionada pela Prefeitura a negociar sua saída da comunidade.

Decisões Judiciais

O defensor do Núcleo de Terras da Defensoria Pública, João Helvécio, cita que as decisões recentes do Judiciário do Rio representam a “subversão da ordem constitucional”, uma vez que acatam a argumentação da Prefeitura, baseada em um decreto-lei de 1941, promulgado em plena ditadura do Estado Novo.



Ressalta-se que os moradores da Vila Autódromo receberam do Governo do Estado, por meio do ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado Rio de Janeiro), o título de posse, que concede a terra para fins de moradia por até 99 anos.

“A gente vê a repetição do que acontece em outros países, de tragédias humanas envolvendo Olimpíada que ficam invisíveis na mídia e que fazem parte dessa indústria do espetáculo”, atesta João Helvécio. Ele cita que, a pretexto da Olimpíada, agem interesses da especulação imobiliária sobre o terreno da Vila Autódromo, provocando as remoções.